

Apresentação

Ao contrário do que vimos fazendo nestes últimos anos, este não é um número temático da nossa revista. O que não significa que mudamos de política editorial. Pelo contrário, continuaremos com revistas dedicadas aos mais variados campos da Sociologia: o próximo, já em preparação, será sobre Educação, no qual se debatem as principais questões hoje em pauta no nosso cenário educacional brasileiro (que não são poucas nem simples...!) e mundial.

O que ocorre é que temos recebido — com prazer — artigos instigantes e de alto mérito acadêmico sobre assuntos variados, que nem sempre se adequam ao espaço aberto por um número temático. Desejando não tolher nossos leitores do prazer que tivemos ao ler esses artigos, nem os autores da oportunidade de colocar suas idéias em debate, decidimos produzir este número “misto”.

Misto ma non troppo. Na verdade, existem algumas preocupações em comum entre alguns destes trabalhos, uma espécie de fio condutor que diz respeito, no fim das contas, a problemáticas que estão hoje — e ainda continuarão por algum tempo — na nossa ordem do dia: estado, identidades, processos de integração nacionais e internacionais.

Tomando como ponto de partida o artigo do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira com Yoshiaki Nakano, veremos que a questão do contrato social discutida por eles abrange questões relativas às fragilidades da democracia e às desigualdades sociais. Se, por um lado, a origem política dos problemas econômicos é insuficiente para explicar o fracasso das reformas governamentais, também a fonte econômica dos problemas políticos não alcança poder explicativo satisfatório para as análises dos problemas brasileiros atuais. Permanece, no fim, uma questão difícil. O contrato social faz-se necessário nos países da América Latina dadas a fragilidade da democracia e as desigualdades sociais; mas como pode uma população tão desigual, sobretudo em termos de níveis

educacionais, ter as condições necessárias para celebrar o contrato social? Sugere-se um contrato social do qual alguns estariam excluídos? Ou o contrato seria, mais uma vez, implementado unilateralmente?

O tema das reformas é também central ao artigo de Sergio de la Peña sobre as que foram implantadas na China nas duas últimas décadas. No contexto do fim dos socialismos europeus e soviético e da reaproximação com os Estados Unidos, ele focaliza as mudanças que tiveram como principal objetivo o aumento dos investimentos no país. Procura entender as perspectivas que se apresentam a partir daí, tanto no sentido de um “socialismo de mercado” quanto de um possível caminho capitalista, indicando como o mundo todo será afetado pela experiência chinesa.

De fato, qualquer análise atual sobre o papel do Estado e sobre suas reformas estruturais não pode prescindir de uma discussão de como os Estados nacionais são afetados pelas relações cada vez mais íntimas entre economias e culturas nacionais, e vice-versa. Assim, o trabalho de Yves Chaloult sobre a integração latinoamericana no contexto da globalização econômica e financeira analisa o papel do Estado diante das perspectivas estratégicas que o desafiam. Ao mesmo tempo, demonstra que não se pode pensar o Estado sem a sociedade que o estrutura e mantém, levando em conta a atuação não só dos Estados, organismos internacionais e empresas transnacionais como também dos movimentos sociais e dos Parlamentos quanto às políticas adotadas nos blocos regionais. Mostrando a relevância da sociedade civil e das instituições legislativas para contrabalançar os efeitos contraditórios do novo regionalismo econômico, destaca — como fizeram também Bresser Pereira e Nakano com relação ao Brasil — a importância do pluralismo e da democracia na região.

Esta relação entre o público e o privado, entre Estado e sociedade, é, fundamentalmente, o fio condutor que nos leva aos dois artigos sobre meios de comunicação. Alves de Souza, Canabrava e Durandegui discutem estratégias de influência política na propaganda eleitoral transmitida pelo rádio e suas repercussões na sociedade. A lógica eleitoral de os candidatos se definirem sempre por oposição ou aproximação aos seus oponentes ignora a cultura política que permeia a sociedade. Esta acaba por representar as propostas políticas de modo discrepante. A campanha que colocou no centro das atenções o Plano Real como pólo de satisfação dos desejos e aspirações da sociedade prejudicou a discussão de outros temas de interesse social.

Luís Martins da Silva discute o paradoxo do jornal como um espaço *público* geralmente de propriedade *privada*. Embora existam emissoras públicas de rádio e televisão, na imprensa escrita não se encontram órgãos públicos — e o autor coloca então a pergunta instigante: Por que não existem

jornais públicos? Na sua tentativa de responder a esta pergunta, o autor discute sociologicamente as definições do que poderiam ser um *jornal público* e um *jornalismo público*. Subjaz esta discussão o tema fundamental da responsabilidade pública ou da reponsabilidade civil.

O que está em jogo nestes artigos é, no fim das contas, a relação entre público e privado na difusão das questões nacionais. E esta é também a questão central de Vera Zolberg no artigo sobre museus e identidades nacionais no contexto da internacionalização dos mercados — no caso, os mercados de arte. A autora mostra como a história e a cultura nacionais determinam as diferentes políticas e a legislação sobre proteção e preservação de obras de arte como representação de identidades nacionais. Sua conclusão é que as negociações intracionais e acordos comerciais como o GATT terão que colocar em pauta, no futuro próximo, o comércio internacional de obras de arte.

O artigo de Lina Rodrigues Faria retoma o tema da identidade cultural por outro ângulo: o da discussão da inovação metodológica de Gilberto Freyre no seu uso da história oral e de testemunhos escritos. Ao reunir relatos feitos por pessoas ilustres assim como de indivíduos das classes populares, Freyre inaugurou uma técnica de conhecimento das relações sociais que só mais tarde ganharia relevância entre historiadores e cientistas sociais no Brasil. Talvez mais interessante ainda seja o seu uso flexível de várias técnicas, provando — *avant la lettre* — a eficácia de adequar-se o método ao objeto e aos objetivos do estudo.

A pesquisa de Norma Takeuti sobre juventude, exclusão e identidade remete a alguns temas já discutidos neste número da revista, notadamente os que dizem respeito às desigualdades sociais no Brasil já discutidas por Bresser Pereira e Nakano. Partindo de uma discussão metodológica sobre os eixos de investigação da Sociologia Clínica, a autora aborda o problema dos jovens das periferias urbanas submetidos ao processo de estigmatização e relegação sociais, o que também remete, mais uma vez, à questão do papel do Estado e da relação Estado/sociedade civil.

Se, por um lado, iniciamos o planejamento deste número sem um tema único, percebemos, neste balanço, que ele logrou reunir as preocupações centrais da ciência social atual. Vemos aí o papel do Estado discutido de vários ângulos e perspectivas, na tentativa constante de visualizar e compreender os rumos das transformações que o mundo nos apresenta hoje. Processos de integração regionais e planetários convivem com desintegração social e contradições de todo tipo. A afirmação e reafirmação de identidades nacionais com intensidade proporcional aos impulsos globalizantes manifestam-se nos meios de comunicação, nos museus, em movimentos sociais e refletem-se na ação do

Estado. São temas que convergem hoje numa única problemática, sempre nuclear à relação entre *Sociedade e Estado*, não por acaso o nome — mais que adequado — da nossa revista...

Maria Lucia Maciel